



A sustentabilidade sempre remete ao equilíbrio entre o presente e o futuro, invoca a consideração dos impactos sistêmicos das decisões tomadas e a preocupação com as condições de vida das próximas gerações. A presente obra, após realizar um estudo sobre a nova governança, o novo serviço público, as tendências do Direito Administrativo e a teoria da decisão administrativa, e depois de reformular os conceitos de vinculação, discricionariedade e motivação, afirma a necessidade de incorporar a sustentabilidade na tomada de decisão administrativa e na fundamentação das escolhas dos agentes públicos, principalmente em um sistema político que, ao enxergar com olhar míope as demandas sociais, prioriza soluções imediatistas e de curto prazo, contaminado pela ditadura do hiperconsumismo e do crescimento insaciável. Nesse contexto, os órgãos de controle, principalmente o Poder Judiciário, desempenham função essencial para garantir a sustentabilidade das decisões da Administração Pública e do direito ao futuro.

**Autor**  
Rafael Martins Costa Moreira

**DIREITO  
ADMINISTRATIVO  
E SUSTENTABILIDADE**  
O NOVO CONTROLE JUDICIAL  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Área específica**  
Direito Administrativo. Direito Ambiental.

**Áreas afins**  
Direito Constitucional.

**Público-alvo/consumidores**  
Estudantes, acadêmicos, professores, juízes,  
advogados e promotores.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001107

M835d

Moreira, Rafael Martins Costa

Direito Administrativo e sustentabilidade: o novo controle judicial da Administração Pública / Rafael Martins Costa Moreira.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

224 p.

ISBN: 978-85-450-0226-0

1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.347

CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOREIRA, Rafael Martins Costa. Direito Administrativo e sustentabilidade: o novo controle judicial da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 224 p. ISBN 978-85-450-0226-0.

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

Juarez Freitas.....9

**1** INTRODUÇÃO.....11

**2** DIREITO ADMINISTRATIVO E SUSTENTABILIDADE.....17

2.1 Novas tendências do Direito Administrativo.....17

2.2 Teoria da decisão administrativa.....29

2.2.1 Teoria da decisão e a esfera administrativa.....29

2.2.2 Procedimentalização da atividade administrativa.....32

2.2.3 Conceito de decisão administrativa.....33

2.3 Discricionariedade administrativa.....37

2.3.1 Discricionariedade e vinculação.....37

2.3.2 A nova discricionariedade e a estrutura do ato administrativo.....39

2.4 Dever de motivação fática e jurídica.....44

2.4.1 Motivo e motivação.....44

2.4.2 Fundamentos para a exigência de motivação fática e jurídica.....44

2.4.3 Requisitos da motivação válida.....49

2.5 Dever de motivação intertemporal e sustentabilidade das decisões administrativas.....52

2.5.1 O princípio constitucional da sustentabilidade multidimensional.....52

2.5.2 Direito Administrativo e sustentabilidade.....63

2.5.3 Dever de motivação intertemporal.....66

**3** O CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS.....69

3.1 Controle da Administração Pública.....69

3.2 Controle judicial da Administração Pública.....70

3.2.1	Fundamentos do controle judicial.....	72
3.2.2	Extensão do controle judicial: possibilidade e limites.....	83
3.2.2.1	Evolução do controle judicial da Administração Pública .....	84
3.2.2.2	A importância do princípio da proporcionalidade para a análise da legitimidade das decisões administrativas .....	93
3.2.2.3	Interpretação baseada na finalidade e nas consequências.....	98
3.2.2.4	Controle judicial da motivação e o princípio da deferência: nota comparativa com o Direito norte-americano e proposta para o sistema jurídico brasileiro.....	102
3.2.2.5	Efetividade da tutela judicial em face da Administração Pública .....	123
4	CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	133
5	CONTROLE JUDICIAL DE SUSTENTABILIDADE DA REGULAÇÃO .....	159
6	CONTROLE JUDICIAL DA PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS PARA PRESERVAR A SUSTENTABILIDADE .....	183
7	CONCLUSÃO .....	205
	REFERÊNCIAS.....	213